

Moradores relatam medo e adoecimento mental ligados à mineração em Ouro Preto



Comunidade de Antônio Pereira denuncia insegurança, falta de transparência e pressões em reunião na Assembleia Legislativa.

Quase sete anos após a paralisação das operações, a barragem Doutor, em Ouro Preto (MG), continua sendo motivo de preocupação para moradores do distrito de Antônio Pereira. Em reunião realizada na segunda-feira (4), a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ouviu relatos de insegurança, impactos psicológicos e críticas à atuação da mineradora Vale na região.

A deputada estadual Bella Gonçalves (PT), que participou do encontro, destacou o cenário de tensão vivido pela comunidade, classificando a situação como uma “pandemia de adoecimento mental”. Segundo os moradores, o medo constante de rompimento da estrutura, localizada acima do distrito, tem afetado diretamente a qualidade de vida da população.

Moradora da região, Carla Dayane Moreira Dias afirmou que o sentimento predominante é de insegurança. “A cada trovoadas, pensamos que a barragem pode se romper”, relatou. De acordo com ela, o clima de medo atinge inclusive crianças, ampliando os impactos emocionais na comunidade.

Apesar de o processo de descaracterização da barragem já ter atingido 68% de conclusão, a estrutura ainda contém mais de 30 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O volume é superior ao da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, que se rompeu em 2019 e deixou 272 mortos.

Outro ponto levantado durante a reunião foi a falta de transparência no diálogo com a mineradora. Moradores relatam dificuldade de acesso a informações sobre o andamento das obras e criticam a realização de simulados de evacuação, que, segundo eles, aumentam o pânico na população. “Está ficando inviável viver aqui”, afirmou a moradora Maria Helena Rocha Ferreira, que cogita deixar o distrito.

As indenizações destinadas às famílias que vivem na chamada “mancha de inundação” também foram alvo de críticas. Segundo relatos, os acordos consideram apenas o valor dos imóveis, sem incluir danos emocionais e sociais. Há ainda denúncias de pressão para assinatura de acordos extrajudiciais.

Em resposta, representantes da Vale afirmaram que a empresa mantém canais de comunicação com a comunidade e reforçaram que não há risco de rompimento da barragem. Segundo a mineradora, cerca de 3 milhões de metros cúbicos de água já foram drenados, e a estrutura passa por medidas de segurança. A previsão é que o processo de descaracterização seja concluído até 2029, conforme exigências da legislação federal.

A empresa também informou que 181 famílias já foram indenizadas e que os valores pagos são superiores ao preço de mercado dos imóveis. As negociações, segundo a Vale, ocorrem de forma individual e privada.

Durante a reunião, a comissão também discutiu os impactos da mineração na comunidade de Botafogo, onde moradores relatam preocupação com o avanço de atividades minerárias na Serra de Ouro Preto — área considerada estratégica para o abastecimento de água de cerca de 15 mil pessoas.

A Mineração Patrimônio, que atua na região, teve suas atividades suspensas por decisão do Ministério Público Federal devido a falhas no licenciamento ambiental. Ainda assim, a comunidade teme novos empreendimentos. A deputada Bella Gonçalves informou que pretende propor o tombamento da serra como patrimônio natural do Estado, como forma de proteção contra a expansão da mineração.

O caso evidencia a permanência dos impactos sociais e ambientais da atividade minerária na região, mesmo anos após a interrupção de operações, mantendo comunidades sob incerteza e pressão constante.

Foto: Divulgação